



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1008706-47.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **Wellington Fernando Garbuio**
 Embargado: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

WELINGTON FERNANDO GARBUIO, qualificado(s) na inicial, opôs os presentes Embargos À Execução que lhe move o Banco Bradesco S/A, também qualificado, alegando tenha firmado contrato com o embargado para financiamento do valor de R\$ 26.477,63 a ser pago em 60 parcelas mensais de R\$ 672,97, totalizando, no final, o valor de R\$ 40.378,20, sendo que já quitou 27 parcelas, de modo que é excessivo o valor cobrado, no qual o réu teria aplicado taxas juros superiores ao legal, conforme preceitua o artigo 192 da Constituição Federal, pontuando que a partir do disposto no art. 4º do Decreto 22.626/33 e do art. 591 do novo Código Civil, estaria vedado mesmo às instituições financeiras a cobrança de juros e encargos de forma capitalizada, salientando que a comissão de permanência deva observar o limite pactuado no contrato e a multa contratual não superar o limite legal de 2%, de modo que requereu a revisão dos contratos firmados com o banco embargado, para que sejam afastadas as capitalizações diárias e mensais dos juros, aplicando-se à taxa anual de 12% (1% ao mês), e ainda o valor da multa seja limitado a 2% e a comissão de permanência não ultrapasse a taxa pactuada do contrato.

O embargado deixou de apresentar impugnação.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a falta de resposta do banco embargado, cumpre considerar que a matéria discutida seja exclusivamente de direito e tenha, naquilo que respeita a fatos, na prova documental juntada a estes autos e aos autos da execução, suficientes elementos a permitir o conhecimento do mérito, afastando-se as presunções decorrentes da falta de resposta, até porque, vale lembrar, a despeito da revelia, *os documentos juntados com a contestação intempestiva devem permanecer nos autos para que sejam levados na consideração que merecerem* (cf. STJ-4ª Turma REsp. 556.937-SP, rel. Min. Barros Monteiro in THEOTÔNIO NEGRÃO 1, de modo que, “A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em face à revelia do réu é relativa, podendo ceder a outras circunstâncias constantes dos autos, de acordo com o princípio do livre convencimento do juiz” (STJ-4ª Turma, REsp. 47.107-MT, rel. Min. César Rocha in THEOTÔNIO NEGRÃO 2).

No mérito, temos seja matematicamente impossível verificar-se a cobrança de juros capitalizados no contrato em discussão, pois como se vê da leitura do referido *Contrato de Confissão de Dívida* nº 242035140, seu pagamento está pactuado para ser realizado em 60



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

parcelas mensais no valor de R\$ 672,97 (vide fls. 17/20 dos autos da execução, cláusula "f" do título executivo), circunstâncias em que não existe capitalização de juros, atento a que, conforme entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros” (cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 ¹).

E assim é porque “em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 ²).

Quanto a uma possível cobrança de juros remuneratórios em taxas acima da média do mercado, não há se falar em abusividade ou ilicitude, pois “Consoante firmado no voto condutor do REsp 1061530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009, o simples fato de a taxa de juros remuneratórios contratada superar o valor médio do mercado não implica seja considerada abusiva, tendo em vista que a adoção de um valor fixo desnaturaria a taxa, que, por definição, é uma “média”, exurgindo, pois, a necessidade de admitir-se uma faixa razoável para a variação dos juros” (cf. AgrReg. No AI nº 135.547/RS - 3ª Turma STJ - 06.03.2012 ³).

E tampouco poderá pretender-se a limitação dos juros a 12% ao ano, discussão que de superada há tanto tempo induz a uma manifesta má-fé da parte em utilizar o argumento, que resta manifestamente protelatório.

Ocorre que “A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco”, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, “tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a “Lei”, sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade” (cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 ⁴).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: “a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”.

A mora do embargante, portanto, é real.

Os embargos são, portanto, improcedentes, e dado seu caráter manifestamente protelatório, impõem-se ao embargante o encargo de arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTES os presentes embargos e em consequência CONDENO o embargante ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 14 de março de 2017.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

² www.esaj.tjsp.jus.br

³ www.stj.jus.br/SCON

⁴ www.esaj.tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**